



Alcione Hasañas

**ANÁLISE DO PPP DA ESCOLA MUNICIPAL DO SOL NASCENTE NA
PERSPECTIVA DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Belo Horizonte

2011

Alcione Hasañas

**ANÁLISE DO PPP DA ESCOLA MUNICIPAL DO SOL NASCENTE NA
PERSPECTIVA DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Profª Maria Angélica Araújo Ribeiro

Belo Horizonte
2011

ANÁLISE DO PPP DA ESCOLA MUNICIPAL DO SOL NASCENTE NA
PERSPECTIVA DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Profª Maria Angélica Araújo Ribeiro (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, de dezembro de 2011

Dedico esse trabalho ao meu amado Senhor Jesus Cristo desde os primórdios!
Aos grandes e verdadeiros amores da minha vida: Priscila e Ryan, Mãe Afra e Dapfne.
Razões da minha caminhada, do meu dia a dia, do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente todo meu louvor e agradecimento ao Deus de Israel e meu Deus!

Agradeço a minha mãe Aurea e Tia Aline que partiram, no decorrer do curso, pelo amor incondicional.

Aos queridos mestres da UFMG, pela paciência, insistência e pelo conhecimento adquirido. Em especial, à Prof^a Maria Angélica Araújo Ribeiro, pela esmerada orientação.

Ao amado amigo Harrisson e a amiga Sandra, que sem vocês não teria conseguido concluir meu curso.

A vocês minha eterna gratidão.

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.

[Fernando Pessoa](#)

RESUMO

Este trabalho apresenta o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal do Sol Nascente para que esta esteja inserida dentro de uma perspectiva de gestão democrática. Discorre sobre o que é gestão democrática na visão de autores da área da educação, para em seguida mostrar os tópicos do PPP reavaliado. Considerado um estudo descritivo, tem como principais considerações finais: os problemas na elaboração do PPP que sem dúvida nenhuma, influenciaram no resultado final e que devem ser pensados como pontos a melhorar foram a falta de participação da família e da comunidade no processo educacional; a falta de tempo pedagógico, a secretaria municipal de educação que não incentiva a escola. Portanto, é necessário que haja uma interação entre esta (a sociedade) e a escola, estando sempre considerando as questões de poder na participação. considerando a aprendizagem proveniente da vivência; cuidando para que as metodologias correspondentes a este tipo de planejamento sejam sempre revistas para que não percam o significado. Quanto à implantação de uma gestão democrática deve-se considerar uma gestão colegiada e de processos participativos na tomada de decisões e os seguintes aspectos devem ser considerados: analisar os conflitos - abrindo espaço para gerenciá-los, oportunizar o exercício da criatividade e inovação dos sujeitos da comunidade escolar; neutralizar as relações corporativas e autoritárias; romper com a burocracia excessiva que permeia as relações na escola, tanto as técnico-administrativas como as de ordem técnico-pedagógicas; reformular a divisão do trabalho para a redução de poderes de decisão.

Palavras Chave: Projeto Político Pedagógico. Gestão democrática. Escola Municipal do Sol Nascente.

LISTA DE SIGLAS

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP - Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DESENVOLVIMENTO	11
2.1 Gestão democrática.....	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS	18
ANEXO - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL DO SOL NASCENTE.....	20
Histórico	20
Finalidades da educação	23
Estrutura organizacional	25
Os projetos	28
Currículos	29
Tempo escolar.....	33
Processos de decisão.....	37
Assembleias e Reuniões	39
Relações de trabalho.....	40
Da direção	41
Dos Especialistas Educacionais	43
Do corpo docente	44
Do bibliotecário	45
Dos serviços gerais	46
Do regime disciplinar	47
Do corpo discente	47
Dos direitos dos alunos	47
Dos deveres dos alunos	48
Do regime disciplinar	48
Algumas considerações sobre o corpo discente	49
Avaliação.....	50

1 INTRODUÇÃO

A tendência pedagógica observada na atualidade é a gestão democrática. Gestores e profissionais da comunidade escolar precisam ter sensibilidade e destrezas para que se possa obter o máximo de contribuição e participação na escola.

É importante ressaltar que, embora a proposta do planejamento participativo seja instigante e motivadora, de nada adianta planejar se não há o fazer e a vivência dos participantes na construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) (LAROCA e SCHNECKENBERG, 2011).

A metodologia do PPP é caracterizada por desenvolver modelos, processos, instrumentos e técnicas visando o desenvolvimento coletivo e também o individual. O crescimento alcançado será o referencial de avaliação para propor a realização de novas práticas, ou seja, mudanças no fazer e no ser para transformar realidades desejadas por diretor, supervisor, professores e alunos de uma escola (LAROCA e SCHNECKENBERG, 2011).

Este estudo tem foco na Escola Municipal do Sol Nascente, localizada à Av. Dr. Paulo de Souza Lima, nº 621 no bairro Sol Nascente em Ibitaré – Minas Gerais. Desde 2009, o PPP vem sendo construído e propondo novos caminhos, para uma escola diferente. Todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e as suas relações com o currículo, conhecimento e com a função social da escola, obriga a um pensar e uma reflexão contínua de todos que os envolvidos neste processo.

A Escola Municipal do Sol Nascente, está localizado à Av. Dr. Paulo de Souza Lima , nº 621 no bairro Sol Nascente em Ibitaré – Minas Gerais. Mantida pela Prefeitura Municipal de Ibitaré, tendo seu ato de reconhecimento legal pelo decreto de criação 31.482 de 04.07.1990 – Portaria de funcionamento 1524/1990 de 26.07.1990, tendo sido municipalizada pela resolução 9350/98 MG de 14.03.1998 página 04 coluna 01 e norteará todo o seu trabalho por este Projeto Político Pedagógico, nos termos da legislação em vigor. Na escola contamos com 354 alunos e 18 professoras sendo 16 regentes e 2 eventuais, temos ainda 2 especialistas 1 auxiliar de biblioteca, 1 auxiliar de secretaria, 1 secretária, 5 serviçais, 2 cantineiras, 4 porteiros e 1 diretora.

Desde 2009, o projeto político pedagógico vem sendo construído e propondo novos caminhos, para uma escola diferente. Todas as questões que envolvem o

fazer pedagógico e as suas relações com o currículo, conhecimento e com a função social da escola, obriga a um pensar e uma reflexão contínua de todos que os envolvidos neste processo. Que Escola queremos construir?

Que conhecimentos nossos alunos precisarão ter para de fato, exercer a sua cidadania, nesta sociedade tão cheia de conflitos. Conflitos estes que estão presentes no espaço escolar, nas relações pessoais, no confronto das ideias, e também no surgimento de novas concepções, das dúvidas e da necessidade do diálogo entre os sujeitos (comunidade escolar).

Tais situações serão apresentadas no decorrer deste documento, nas linhas e nas entrelinhas de cada parágrafo, resgatando o aspecto histórico de como cada momento foi sendo produzido e construído. Pois este documento é o resultado de um esforço conjunto dos profissionais da educação desta unidade escolar, bem como de toda a comunidade externa, pais, entidades religiosas e associações de moradores do bairro, com o objetivo de respaldar as ações administrativas e pedagógicas no âmbito deste estabelecimento educativo.

Há a consciência, por parte dos educadores e da Comunidade Escolar, de que a escrita, representa apenas um germe de projeto político pedagógico que se encontra aberto a todo e qualquer tipo de sugestão e encaminhamentos, e que é de extrema importância que esse projeto seja vivenciado. Sabemos que nenhum projeto político pedagógico pode ser dado como pronto e acabado sob pena de se cristalizar e deixar de acompanhar os movimentos da história.

Portanto, nossa reflexão continua baseada principalmente na prática pedagógica cotidiana e na discussão dos referenciais teóricos que nos encaminhem para uma “práxis” responsável e compromissada com uma escola pública de qualidade.

Assim, o objetivo geral deste estudo foi apresentar o PPP Escola Municipal do Sol Nascente para que esta esteja inserida nos moldes de uma gestão democrática.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Gestão democrática

Os principais mecanismos que abarcam a gestão escolar estão na legislação com suas políticas educacionais pautados na democratização da educação do nível básico ao superior como direito de todos os cidadãos (LIBÂNEO, 2001; PADILHA 2001).

Libâneo (2001, 145) ressalta que o gestor precisa assumir o papel da educação com qualidade. “É instrumento primordial que permite uma gestão democrática”. E isso implica uma liderança democrática, capaz de interagir com todos os segmentos da comunidade escolar. As atitudes, os conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades na formação do gestor da educação são elementos cruciais para o funcionamento da educação escolar.

Padilha (2001, p. 30) também reconhece o modelo participativo e democrático e fala sobre o Planejamento Político Pedagógico - PPP¹, voltado ao aprendizado do aluno. Sua principal crítica é que “várias escolas não conseguem planejar por despreparo da equipe técnica”. Planejar envolve todo um processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos. Nesse sentido são necessárias reflexões profundas antes das tomadas de decisão: previsão de necessidades, racionalização de meios materiais e recursos humanos, prazos e avaliação dos resultados.

Khoury (2011) e Medeiros e Luce (2011) acrescentam que repensar a teoria e a prática da gestão educacional no sentido de eliminar os controles formais e incentivar a autonomia das unidades da educação constitui-se em instrumentos de construção de uma nova cidadania. Assim, a democratização institucional torna-se um caminho para que a prática pedagógica torne-se efetivamente prática social e possa contribuir para o fortalecimento do processo democrático mais amplo. Nas palavras de Medeiros e Luce (2011, p. 3) os indivíduos precisam “sentirem-se

¹ Nesse contexto, a avaliação de alunos, item inserido no Planejamento Político Pedagógico – PPP, que, em linhas gerais, é o caminho que qualquer escola deve percorrer com seus gestores e suas coletividades, tomando decisões organizadas em um instrumento teórico – metodológico em busca da melhor maneira da função educativa.

fazendo parte de uma nação ou grupo social”, conduzindo realmente os seus desejos “e por isso tomam parte na infundável construção de uma nova sociedade da qual se sentem parte”.

A ideia geral de uma gestão participativa tem base no art. 205 da Constituição Federal de 1988 ²que atribuiu à educação escolar a condição de “um bem público de caráter próprio”, como ressalta Cury (2011, p. 1), pois implica na cidadania, tendo a meta de qualificar os indivíduos para o mundo do trabalho, devendo ser gratuita e obrigatória no ensino fundamental como dever do Estado.

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. Ter o domínio de conhecimentos sistemáticos é também um patamar *sine qua non* a fim de poder alargar o campo e o horizonte destes e de novos conhecimentos (CURY, p. 4-5).

A partir dessa base legislativa, a questão da qualidade do ensino vem sendo discutida e tanto em Cury (2011) quanto em outros autores tais como Barreto (2011); Oliveira, Moraes e Dourado (2011); Dourado, Oliveira e Santos (2011), o projeto pedagógico pode ser criativo com ganhos profissionais e educacionais para todos os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem em qualquer unidade escolar.

Oliveira, Moraes e Dourado (2011) declaram que a organização escolar tem funções diferentes da empresarial, pois:

Visa à produção de bens não materiais, na medida em que o produto não se separa do processo de sua produção.
 Aluno é sujeito e objeto no processo de produção e socialização do conhecimento historicamente produzido.
 A formação humana é o principal objetivo da construção da identidade escolar, segundo seus atores sociais.
 Como instância contraditória, contribui para a superação da dominação e para a manutenção das condições objetivas.
 Devido a sua função social (atender a todos) e ao seu objeto de trabalho ser o próprio homem, não pode escolher a matéria-prima com a qual vai trabalhar (OLIVEIRA, MORAES E DOURADO, 2011, p. 3).

² Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A partir dessas características, pode-se entender que a concepção de administração escolar está voltada para transformação social e sendo a educação um bem público, não pode ser centralizada (com algum tipo de poder) como em outras organizações, mas participativa nos moldes de como sociedade está sendo organizada.

Ainda em Oliveira Moraes e Dourado (2011, p. 4), a concepção de trabalho e as relações sociais estabelecidas no interior da escola devem ser repensadas, já que isso implica “a forma como ela está organizada, a natureza e especificidade do trabalho pedagógico e da instituição escolar e as condições reais de trabalho nessa instituição”. Diante disso, foram criados os Conselhos de Educação que são órgãos de administração existentes na estrutura educacional, para exercerem funções normativas, deliberativas, fiscalizadoras e de planejamento.

Os Conselhos Municipais de Educação, por exemplo, devem ser facilitadores do processo pedagógico que acontece no interior da sala de aula; ficar atento às eventuais manobras que possam transformá-lo em veículo de tráfico de influências, ou seja, serem exemplos de um processo democrático no sistema de ensino (OLIVEIRA, MORAES e DOURADO, 2011).

Dourado, Oliveira e Santos (2011) ainda ressaltam as condições, dimensões e fatores fundamentais do entendimento do que seja Educação de Qualidade:

Estudos, avaliações e pesquisas mostram que a Qualidade da Educação é um fenômeno complexo, abrangente e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de *insumos* considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, e muito menos, pode ser apreendido sem tais insumos. Estes documentos ressaltam, ainda, a complexidade da Qualidade da Educação bem como a sua mediação por fatores e dimensões extraescolares, bem como entre-escolheres (DOURADO, OLIVEIRA e SANTOS, 2011, p.7).

Como uma síntese dos subsídios para definição do conceito e das dimensões mínimas comuns de qualidade da educação, um gestor escolar deve ter em mente reflexões que o levam a decisões em cinco níveis: 1. Nível do espaço social: a dimensão socioeconômica e cultural dos entes envolvidos; 2. Nível do Estado: a dimensão dos direitos, das obrigações e das garantias; 3. Nível de sistema: condições de oferta do ensino; 4. Nível de escola: gestão e organização do trabalho escolar; 5. Nível do aluno: acesso, permanência e desempenho escolar (DOURADO, OLIVEIRA e SANTOS, 2011).

O primeiro nível diz respeito à influência do acúmulo de capital econômico, social e cultural das famílias e dos estudantes no processo ensino-aprendizagem; à necessidade do estabelecimento de políticas públicas e projetos escolares para o enfrentamento de questões como: fome, drogas, violência, sexualidade, famílias, raça e etnia, acesso à cultura, saúde etc.; à gestão e organização adequada visando lidar com a situação de heterogeneidade sociocultural dos sujeitos-estudantes das escolas; à consideração efetiva da trajetória e identidade individual e social dos estudantes, tendo em vista o seu desenvolvimento integral e, portanto, uma aprendizagem significativa;

O segundo nível diz respeito à educação obrigatória como um direito do indivíduo e dever do Estado, cabendo a esse ampliar novas formas, sempre que possível e, principalmente, destacar na dimensão intra-escolar uma gestão e organização do trabalho escolar com profissionalização para a qualidade.

O terceiro nível refere-se à garantia de instalações gerais adequadas aos padrões mínimos de qualidade, definidos pelo sistema nacional de educação em consonância com a avaliação positiva dos usuários (o que inclui área de lazer e recreação para práticas desportivas e culturais, reuniões com a comunidade etc.); equipamentos em quantidade em condições de uso adequadas às atividades escolares; biblioteca apropriada para leitura de livros e pesquisa *on line*); laboratórios de ensino tais como brinquedoteca, informática, ciências; um serviço de apoio e orientação aos estudantes (o que inclui atendimento para portadores de necessidades especiais; e observações das condições de segurança e da construção de uma cultura de paz na escola. Importante ressaltar que a definição do custo-aluno anual adequado deve assegurar essa oferta de ensino de qualidade.

O quarto nível diz respeito à estrutura organizacional planejada com vistas a exercer a finalidade do trabalho pedagógico numa visão da gestão democrático-participativa.

Finalizando, o quinto nível em relação ao aluno: acesso, permanência e desempenho escolar relaciona-se ao perfil docente, que é apresentado por Dourado, Oliveira e Santos (2011) da seguinte forma:

[...] titulação/qualificação adequada ao exercício profissional; vínculo efetivo de trabalho; dedicação a uma só escola; formas de ingresso e condições de trabalho adequadas; valorização da experiência docente; progressão na carreira por meio da qualificação permanente e outros requisitos (DOURADO, OLIVEIRA e SANTOS, 2010b, p. 25).

Todos esses níveis têm a preocupação com a avaliação da qualidade da educação para que o rendimento acadêmico dos alunos seja suficiente para a sua formação como indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao PPP, tivemos alguns problemas em sua elaboração que sem dúvida nenhuma, influenciaram no resultado final e que devem ser pensados como pontos que devemos melhorar para a atualização do mesmo. A falta de participação da família no processo educacional, nos faz repensar sobre a necessidade de uma participação mais efetiva da comunidade externa, no dia a dia escolar. Outro fator que foi determinante e que influenciou de forma negativa a comunidade interna foi à falta de tempo pedagógico, pois vejo que para a construção de um PPP que seja de fato legitimado pelo grupo, é necessário a participação de todos os segmentos da escola, e não de um pequeno grupo que represente estes segmentos, pois assim o trabalho acaba por ficar individualizado e um tanto quanto isolado.

A deficiência na aprendizagem dos alunos, e falta de determinados profissionais na escola como assistente social e psicólogos/as, que pudessem orientar de forma mais especializada o trabalho pedagógico, também é um problema sério no âmbito escolar. Socialmente, os contra valores passam a ser regra trazendo para o interior da escolas o desrespeito, a deseducação, a grosseria, e violência, entre outros. Vemos que a falta de orientadores/as pedagógicos/as para realizar um trabalho de articulação entre os alunos/as visando melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem também acaba por prejudicar uma maior participação dos nossos alunos.

Devemos ter como metas para o próximo ano, buscar conscientizar a prefeitura sobre a importância do tempo pedagógico e sugerir que o mesmo possa ser incorporado ao calendário escolar e ao salário dos professores, visando uma maior e melhor análise sobre currículo e sobre os problemas do cotidiano escolar. Também é preciso instituir na escola uma avaliação diagnóstica processual que leve em consideração todo o tempo de permanência e atuação do/a aluno/a em sala de aula; Procurar conhecer melhor a família e o/a aluno/a, para que possamos ter uma maior participação e comprometimento dos pais/responsável na educação escolar;

Devemos buscar proporcionar maior apoio pedagógico aos professores através de supervisores em número suficientes e que atuem em conjunto com o professor sanando as dificuldades encontradas em tempo hábil, realizando a interdisciplinaridade e um maior e melhor atendimento extraclasse;

O Gerenciamento e emprego dos recursos pedagógicos e financeiros devem ser realizados de maneira mais participativa, onde comunidade e funcionários apontem sua opinião demonstrando as reais necessidades e que o emprego dos recursos sejam feitos, respeitando, a decisão democrática da maioria.

Reavaliar, com toda comunidade escolar todo o PPP, realizando as mudanças necessárias para que o documento seja atualizado, legitimado pela comunidade interna e externa, pois só assim acreditamos que este documento possa ser dinâmico atual e praticado de fato.

Dessa forma, ao responder quais as possibilidades de uma reavaliação da proposta política pedagógica numa escola que deve estar inserida sob a ótica de uma gestão democrática, torna-se importante ressaltar o que afirma Freire (1996, p. 12): “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria /Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablá e a prática, ativismo”.

A gestão escolar deve atender às perspectivas dos níveis apresentados na literatura, fazendo-se necessário uma preparação para as novas condições e tomando-se alguns cuidados ao transformar ideias em ações. É preciso: ter clareza e coerência entre a proposta a ser realizada e as vivências já existentes na prática pedagógica e considerar sempre que as mudanças sociais e educacionais ocorrem juntas.

Acreditamos que não há ação isolada da escola que interfira na sociedade. É necessário que haja uma interação entre esta (a sociedade) e a escola. Portanto, estar sempre considerando as questões de poder na participação; considerar a aprendizagem proveniente da vivência; cuidar para que as metodologias correspondentes a este tipo de planejamento sejam sempre revistas para que não percam o significado são reflexões imprescindíveis.

Quanto à implantação de uma gestão democrática devemos considerar uma gestão colegiada e de processos participativos na tomada de decisões e os seguintes aspectos devem ser considerados: analisar os conflitos - abrindo espaço para gerenciá-los, oportunizar o exercício da criatividade e inovação dos sujeitos da comunidade escolar; neutralizar as relações corporativas e autoritárias; romper com a burocracia excessiva que permeia as relações na escola, tanto as técnico-administrativas como as de ordem técnico-pedagógicas; reformular a divisão do trabalho para a redução de poderes de decisão.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **A participação na escola: contribuições para a melhoria da qualidade da educação**. Disponível em:

<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u1_saibamais8.pdf> Acesso em 5 de nov. de 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 15ed. São Paulo: Saraiva, 1994

CARVALHO, E.F & PORFIRO, J.C.M **Avaliação Institucional**: A Experiência da Universidade Federal do Acre, Campinas, RAIES – V.06 – nº 02 (20) Jun. 2001, p. 17 a 32.

CURY, Roberto Jamil. **Direito à educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Disponível em:

<<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>>

DELIZOICOV, Demétrio. **Conhecimento, tensões e transições**. Tese de Doutorado, FEUSP, São Paulo, 1991, pag.131.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Disponível em:<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf> Acesso em 5 de nov. de 2010.

FREIRE, Paulo. **A Importância do ato de ler**, São Paulo, Cortez / Autores associados, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

KHOURY, Carla Georges. **A importância do processo de gestão democrática para o desenvolvimento sócio-moral da criança**. Disponível em:

<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/edinf03.htm>> Acesso em 5 de nov. de 2010.

LAROCA, Delzira de Fátima Paes; SCHNECKENBERG, Marisa.

O projeto político pedagógico como instrumento de democratização da gestão escolar. Disponível

em: >http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/3%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Humanas/PDF/28-Ed3_CH-ProjetoPoli.pdf> Acesso em: 10 de nov. de 2011.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e gestão escolar:** teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de; LUCE, Maria Beatriz.

Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências Disponível em:

http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_escola/modulo1/gd_concepcoes_vivencias.pdf > Acesso em 5 de nov. de 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática** Disponível em:

<http://moodle3.mec.gov.br/ufscar/file.php/1/gestores/politica/pdf/texto2_2.pdf> Acesso em 5 de nov. de 2010.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico:** como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001.

PENIN, S. T. S.; VIEIRA S. L.; MACHADO M. A. M. I. **Progestão: como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade?** Brasília: Consed, 2001. (Módulo 1)

SANTOS, Cleidimar Barbosa dos. **O pedagogo/coordenador pedagógico/especialista e sua relação com o projeto político-pedagógico da escola.** In: Cadernos de Educação da CNTE. Brasília, 2008.

SILVA, Tomáz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

ANEXO - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL DO SOL NASCENTE

Histórico

Buscar resgatar a história de nossa escola é um ato de amor e de incentivo aos nossos alunos a conhecer como surgiu a necessidade de construir uma escola para atendê-los, e, antes de mais nada, um convite a valorização do espaço escolar que é de fato a extensão das nossas casas.

A Escola Municipal do Sol Nascente busca atender cada vez melhor à comunidade num resgate à cidadania, e da busca ao conhecimento sistematizado.

A Escola do Sol Nascente tem a sua pré – história no ano de 1987 com a luta dos moradores junto a Prefeitura para que fosse construída uma escola no Bairro para atender a elevada demanda de alunos na região, e solucionasse assim o problema da grande distância das escolas existentes. Luta árdua que teve como líder o Sr. Jadir Prates, respeitado nome em nossa comunidade, que na época era presidente da Associação de Moradores do Bairro Sol Nascente, a qual até presente data faz parte, hoje como membro da diretoria.

Tendo sido construída e inaugurada no primeiro mandato do Excelentíssimo Senhor Prefeito Toninho Pinheiro, eleito, na época, pelo PDT - Partido Democrático dos Trabalhadores, nesta solenemente foi nomeada como “Escola Estadual do Bairro Sol Nascente” e foi entregue ao Governo do Estado, para que o mesmo fosse seu mantenedor. Legalizada através do decreto de criação 31.482 de 04.07.1990 – Portaria de funcionamento 1524/1990 de 26.07.1990, com a finalidade de atender à clientela para o Ensino Fundamental Regular da comunidade do Bairro Sol Nascente, o que originou a criação dos turnos matinal, vespertino e noturno. Com os Horários de 07:00 às 11:10 de 11:20 às 15:30 de 15:40 às 19:50. Contando apenas com 10 minutos para recreio.

No início, a escola atendia somente de 1ª à 4ª série, contávamos com 4 salas com capacidade para 480 alunos. Com o passar dos anos as exigências escolares aumentaram, bem como a demanda e a comunidade em relação a número de alunos, com isso a comunidade construiu mais duas salas de aula, sendo uma para

funcionamento da biblioteca. Passamos a atender então 600 alunos e com o uso da sala construída passamos a ter cinco salas destinadas a regência de 15 turmas.

Em 1998 a escola foi municipalizada pela resolução 9350/98 MG de 14.03.1998 página 04 coluna 01 passando a ter como mantenedor a esfera municipal, neste decreto o prefeito da época, renomeia a escola como Escola Municipal do Sol Nascente, revogando as disposições em contrário. Da data de inauguração da escola até o ano de 1998 não houve nenhuma reforma significativa no prédio escolar. Em 1999, foram construídas mais duas salas de aula, e o porão destas salas, foi aproveitado para ser transformado em uma pequena sala para o Serviço de Supervisão Pedagógico e uma sala também pequena para os Professores; Já que, até esta data, funcionavam todos estes segmentos da escola numa secretaria.

No ano seguinte 2000, passamos a atender somente dois turnos com o número de sete salas de aula, atendendo a 14 turmas com 45 alunos em média em cada sala de aula, totalizando 630 alunos, um número bastante elevado.

Nesta ampliação tivemos também o muro da escola aumentado o que nos proporcionou maior segurança.

Desde a fundação da escola até o ano de 2000, contamos com a Administração da Senhora Nilma Fonseca, Pessoa muito querida por toda comunidade. Como a mesma era funcionária do estado e com o final da possibilidade de funcionários do Governo do Estado permanecerem em adjunção, se fez necessário a troca de diretora, sendo empossada em 2001, pelo Prefeito uma nova gestora, Sra Ivane Sampaio, fato esse que gerou uma grande rejeição por parte da comunidade interna e externa, acreditamos que isso muito contribuiu para que a escola no período desta gestão tivesse sido várias vezes depredada.

Em 2002 iniciou-se o anexo Serra Dourada, vinculado a nossa escola, mas que funcionava em uma escola de segundo endereço, que ficava a aproximadamente 5 km de distância da nossa escola.

Em dezembro de 2002 houve a primeira escolha de diretor pelo pleito eleitoral, onde as comunidades internas e externas puderam escolher de forma democrática o gestor para dois anos de mandato, a diretora escolhida assumiu a escola em 1º de janeiro de 2003, tendo permanecido no cargo até março de 2003, por motivos maiores teve que deixar o cargo tendo assumido a escola a sr^a. Alcione

Hasañas, atual gestão, que foi indicada pelos funcionários e pais de alunos para o cargo de gestora, indicação prontamente aceita pelo prefeito que a nomeou. Assim a atual gestão assumiu uma escola sucateada e sem nenhuma verba em caixa.

Em julho de 2003, após uma conversa da direção com o prefeito, houve uma nova reforma na escola, em que recebemos nova pintura, troca de portas e fechaduras, novo piso, colocação de quadros nas salas de aula, uma vez que não existia um quadro pois o mesmo era pintado na parede; e o aterro no pátio da frente da escola, pois as pessoas com deficiências ou dificuldade de locomoção não tinham acesso a escola, por termos uma escada no portão de entrada do pátio escolar e uma escada para subir dando acesso ao prédio onde situava-se as salas de aula e dependências da escola.

Foi construída ainda uma rampa para dar acesso aos portadores de necessidades especiais a parte inferior da escola. Nesta reforma a diretora e Supervisora tiveram a iniciativa de promover juntamente com o quadro de professores e funcionários várias festas para arrecadar fundos para compra de materiais de construção, no intuito de colaborar com a prefeitura, pois a arrecadação do município era pequena e sozinha a prefeitura não tinha condições de realizar as reformas necessárias.

Vários materiais, usados na reforma, foram comprados com verba angariada em festas que os funcionários da escola promoveram juntamente com a direção.

Em 2005 passamos a atender uma nova demanda da que foi a educação infantil, onde foi autorizado o funcionamento do curso de educação pré-escolar.

No ano de 2006, depois de muita luta, de vários pedidos a secretaria municipal e a Prefeitura recebemos uma grande reforma que mudou por completo a cara da escola, e enfim pudemos ter uma escola condizente com os alunos e funcionários.

Em 2008 solicitamos uma nova pintura a prefeitura, mesmo não havendo nenhum ato de vandalismo por parte dos alunos ou da comunidade escolar externa, porém a ação do tempo já pesava na pintura da escola, e necessitávamos de uma nova pintura, prontamente fomos atendidos.

Em 2009 houveram vários pedidos de obras que proporcione acessibilidade a pessoas com necessidades especiais, e da reforma e ampliação do infocentro. Porém a prefeitura deixou para atender as demandas solicitadas em 2010.

Em 2010, conseguimos a reforma do infocentro que foi completamente reformado e ampliado, as reformas da escola como pintura, troca do portão de entrada, construção da sala dos professores, cobertura do pátio e corredores da parte inferior da escola bem como a troca de todo piso externo foram aprovadas e licitadas pela prefeitura estas reformas até a presente data estão sendo realizadas.

Sonhamos que no futuro próximos gestores venham dar continuidade as obras iniciadas nesta gestão, que está sendo feita com a participação de todos.

Finalidades da educação

A Escola Municipal do Sol Nascente tem por finalidade: atender o disposto nas Constituições Federal e Estadual, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como no regimento interno, ministrar a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, observadas em cada caso, a legislação e as normas das esferas federais, estaduais e municipais especificamente aplicáveis.

A Escola Municipal o Sol Nascente tem como objetivo a ação educativa, fundamentada nos princípios de igualdade de acesso, permanência e eficácia da educação bem como da obrigatoriedade da Educação Básica e da gratuidade escolar.

Propomos uma Escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço de socialização e desenvolvimento do educando visando também prepará-lo para o exercício da cidadania através da prática e cumprimento de direitos e deveres, pois desejamos uma escola que respeite as diferenças socioculturais e zele pelo desenvolvimento global do aluno e para tanto é imprescindível a participação de todos.

Uma escola voltada para o pleno desenvolvimento do educando, valoriza a transmissão de conhecimento, mas também enfatiza outros aspectos: as formas de convivência entre as pessoas, o respeito às diferenças, a cultura escolar (PROGESTÃO 2001, p.45).

A comunidade escolar repensa constantemente o seu papel pedagógico e sua função social, para tanto, se faz necessário refletir sobre a escola que temos, se voltada para os interesses políticos, se discriminadora e produtora de meios de

controle que impedem que os nossos estudantes consigam enfrentar em condições de equidade ou como melhor enfrentar os desafios da sociedade atual.

Para que a escola cumpra a sua função social será necessário:

- a) Integração e participação da comunidade escolar;
- b) Os segmentos da escola devem estar plenamente voltados à completa valorização do educando;
- c) Oferecer , em parceria com a secretaria municipal de educação, cursos de formação e qualificação aos profissionais da educação;
- d) No ambiente escolar criar novos espaços e efetivar uma reorganização do espaço físico já existente;
- e) Garantir material didático e outros que facilitem o trabalho do professor;
- f) Garantir que continue com um número de alunos em sala de aula condizente com a metragem do ambiente;
- g) Estabelecer uma cobrança de regras de convivência em grupo;
- h) Restabelecimento da motivação e credibilidade dos professores, junto a comunidade.

As concepções que permeiam nosso projeto político pedagógico são :

a) De Mundo: O mundo é o local onde ocorrem as interações homem-homem e homem-meio social caracterizadas pelas diversas culturas e pelo conhecimento. Devido a rapidez dos meios de comunicação e tecnológicos e pela globalização torna-se necessário proporcionar igualmente ao homem o alcance dos objetivos materiais, políticos, culturais e espirituais para que sejam superadas as injustiças sociais, diferenças, distinções e divisões na tentativa de se formar o ser humano. Isto será possível se a escola for um espaço que contribua para a efetiva mudança social.

b) De Sociedade: Pertencente a uma sociedade capitalista, competitiva baseada nas ações e resultados, por isso faz-se necessário construir uma sociedade libertadora, crítica, reflexiva, igualitária, democrática e integradora, fruto das relações entre as pessoas, caracterizadas pela interação de diversas culturas em que cada cidadão/ã constrói a sua existência e a do coletivo.

c) De Homem: O ser humano, na atualidade, é competitivo e individualista, resultado das relações impostas pelo modelo de sociedade em vigor. No entanto, a luta deve ser por um homem social, voltado para o seu bem próprio

mas, acima de tudo, para o bem estar do grupo do qual faz parte. O homem, que modifica a si mesmo pela apropriação dos conhecimentos, modifica também a sociedade por meio do movimento dialético “do social para o individual para o social”. Destarte, torna-se sujeito da história.

d) De Educação: O processo educacional deve contemplar um tipo de ensino e aprendizagem que ultrapasse a mera reprodução de saberes “cristalizados” e desemboque em um processo de produção e de apropriação de conhecimento e transformá-lo, possibilitando, assim, que o cidadão torne-se crítico e que exerça a sua cidadania, refletindo sobre as questões sociais e buscando alternativas de superação da realidade.

Acreditamos que a função social da escola seja proporcionar ao aluno, acesso ao conhecimento universalizado e sistematizado, e a partir deste promover aquisição de novos conhecimentos, ampliando assim a visão de mundo do aluno. Nos preocupamos com a formação de um cidadão consciente e participativo na sociedade em que está inserido.

Os eixos que norteiam nosso projeto político pedagógico são:

Aprender a aprender.

Valores como respeito, solidariedade, disciplina, coletividade.

Trabalho unificado – coletivo.

Compromisso

Nosso trabalho pedagógico baseia-se em explorar os valores culturais, morais e físicos, Integrando elementos da vida social aos conteúdos trabalhados, compreendendo assim o aluno como um cidadão que deve se tornar um agente transformador da sociedade, crítico, responsável e participativo. A escola deve ser reflexiva e possibilitar a toda a comunidade um projeto político pedagógico consolidado pela colaboração mútua e o exercício da construção coletiva desencadeando experiências inovadoras que estão acontecendo na escola.

Estrutura organizacional

A escola conta com 35 funcionários ao todo.

Funcionários do quadro pedagógico: 21 funcionários sendo: 18 professores, 2 especialistas e 1 diretora.

Funcionários do quadro administrativo: composto por 14 funcionários sendo: 5 serviçais, 2 cantineiras, 1 auxiliar de biblioteca, 1 auxiliar de secretaria, 1 secretária e 4 porteiros.

Vemos que na maioria das vezes o número de funcionário é insuficiente para que possamos realizar um trabalho de qualidade, oferecendo ao aluno um atendimento mais individualizado, o que possibilitaria uma melhora na qualidade de ensino

A escola situa-se em um terreno bastante acidentado, configurando assim 4 níveis de pavimentos, sendo distribuídos como: no primeiro pavimento, um pequeno pátio de entrada da escola, que também serve como estacionamento, um corredor onde situam-se 3 salas de aula que são bem arejadas com janelas e ventiladores, uma pequena sala direção uma secretaria também pequena e um banheiro que atende a direção e secretaria, através de uma rampa ou da escadaria, chegamos ao segundo pavimento da escola que abriga uma cantina, e uma dispensa, o refeitório e um corredor e 3 salas de aula também bem iluminadas arejada com ventiladores e janelas amplas.

Através da escadaria descemos para o terceiro nível da escola onde se situa o Infocentro e a sala do serviço de supervisão pedagógico. Por uma rampa chegamos ao 4º nível da escola que abriga um pequeno pátio, uma sala de aula e uma biblioteca. Temos a pretensão de nos próximos 2 anos conseguirmos a ampliação de duas salas de aula, uma biblioteca no porão destas duas salas, uma sala de professores, e uma quadra coberta mesmo que em tamanho pequeno.

O prédio da escola tem uma arquitetura simples, e a escola não possui a planta baixa do prédio nem uma planta do sistema hidráulico e elétrico, o que dificulta bastante na resolução de pequenos problemas desta natureza. Salientamos que precisamos passar por reformas para que tenhamos uma melhor acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência de locomoção, como ampliação de portas, corrimão nas escadas, melhorias nas rampas e adaptação de banheiros, o que esperamos ansiosamente que seja realizado pela Prefeitura, uma vez que já realizamos os pedidos junto a secretaria municipal de educação e visto que esse tipo de reforma é de governabilidade da nossa entidade mantenedora.

Nossa escola conta com um mobiliário novo para os alunos, em quantidade muito satisfatória, mas necessitamos de mobiliário novo como armários e mesas de

professores bem como de uma reforma na biblioteca tanto do espaço físico que deve atender aos alunos com necessidades especiais bem em seu mobiliário. Contamos com um aparelho de televisão de vinte polegadas e um aparelho de DVD em cada sala de aula, e na biblioteca, possuímos um data show, dois retroprojetores, temos ainda três rádios portáteis para uso dos professores em sala de aula, pretendemos ainda ter um rádio em cada sala para que possamos dar uma condição de autonomia ao professor no que se refere ao uso de novas tecnologias em sala de aula. Nossa cozinha tem panelas em um número suficiente, duas geladeiras, um freezer horizontal de duas portas, liquidificador, dois fogões industriais, sendo um de quatro bocas e um de seis bocas, ambos com forno a gás.

No infocentro, que é o centro de informática, temos ar condicionado, vinte computadores para uso dos alunos e um para uso do instrutor. Contamos com mais seis computadores que estão situados dois na secretaria, dois na biblioteca, sendo um para uso da bibliotecária e um para uso dos professores, um na sala de Serviço de Supervisão pedagógico, e um na sala da direção. A secretaria da escola também necessita de móveis novos, a escola possui cortinas em todos os ambiente de sala de aula, biblioteca, infocentro, secretaria, sala de SSP e direção.

Hoje os recursos financeiros são divididos em duas verbas federais que são repassadas anualmente a escola, a verba do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, e verba do PDE Programa de Desenvolvimento da Educação. Quando a possibilidade destas verbas existem, a informação sobre o valor é repassada aos funcionários e ao colegiado, que em uma lista de sugestão fazem suas solicitações que buscamos atendê-las no ato das compras. A prestação de contas das verbas são anuais e apresentadas a todos os funcionários, colegiado, que com seu conselho fiscal, assina a prestação de contas juntamente com a diretora e a mesma repassa todos os documentos a secretaria Municipal de Educação.

Nenhuma atividade comercial é permitida no âmbito escolar e nenhuma festividade que angarie fundos para escola, nem mesmo para que seja um evento auto sustentável financeiramente, ou seja que não gere lucros. Essa proibição gerou alguns problemas no ambiente escolar, pois o lucro destas festas, permitidas até o ano de 2006, nos possibilitava realizar pequenos reparos na escola e a compra de presentes nas datas comemorativas importantes como dia das mães, pais, semana das crianças, dia dos professores, estas festividades muito aproximavam os diversos

segmentos da escola e a comunidade externa, pois se constituíam de momentos informais e calorosos.

Os segmentos escolares são definidos de acordo com o Regimento Interno, aprovado pelo decreto nº2050 de 25 de outubro de 2005, que é único para todas as escolas da rede municipal de Ibitaré, e sua nomenclatura constituída como:

- a) Diretor Escolar
- b) Vice Diretor
- c) Supervisor Escolar
- d) Orientador Escolar
- e) PEB I – Professor das séries iniciais a nível secundário
- f) PEB II – Professor com nível superior, nos cursos de licenciatura.
- g) Secretária Escolar
- h) Auxiliar de Secretaria
- i) Bibliotecária Escolar
- j) Auxiliar de Biblioteca
- k) Cantineira
- l) Auxiliar de Serviços Gerais

As ações didático pedagógicas são orientadas pelos planejamentos realizados pelos professores e SSP, com base nos conteúdos estabelecidos neste projeto político pedagógico e são respaldadas pelo caderno administrativo, que os professores recebem todo início do ano letivo e preenchem durante todo o ano. Devem ser trabalhados dentro da pedagogia de projetos integrando a realidade dos alunos aos conteúdos e de forma interdisciplinar.

Os projetos

Contamos com vários projetos ligados a diversos temas, mas três grandes projetos institucionais são realizados pela escola e devem ser reformulados e avaliados a cada ano.

a) Projeto Recreio Monitorado: as crianças se reorganizam na hora do recreio com caixas de brinquedos com um monitor por turma e os distribuem para evitar correrias e acidentes durante o período do recreio. A eventual e a diretora da escola em dois dias na semana, durante o recreio preparam brincadeiras direcionadas e / ou histórias para desenvolver com as crianças.

b) Projeto Viagens literárias: os alunos participam de atividades de leitura, produção de texto, conto e reconto de histórias das mais diversificadas e com isso desenvolvem vários hábitos positivos de interpretar, além de desenvolverem a leitura, a percepção, a sensibilidade e a produção textual de diversos gêneros textuais.

c) Projeto afetividade: neste projeto trabalhamos orientação afetivo sexual com os alunos, de maneira a leva-los a ter consciência desde cedo do respeito com o corpo, tanto com o próprio corpo como pelo corpo do outro.

Lembramos que deverá acontecer a cada final de ano uma avaliação coletiva, por parte dos pais e de toda comunidade interna, sobre os projetos para darmos continuidade, ou não, em cada projeto, e que toda sugestão de projetos coletivos, deverá ser avaliada e abraçada pelo grupo de forma geral.

Currículos

Entendemos por Currículo toda forma de aprendizagem dentro e fora do ambiente escolar, assim levamos em conta a bagagem sociocultural dos alunos no ato da elaboração do currículo. O currículo tem como prioridade em nossa escola, extrapolar o “fazer” pedagógico abrangendo tanto os elementos tradicionais do ambiente escolar como grade curricular, disciplinas, conteúdos e conhecimentos como vivências e histórias relacionadas ao cotidiano regional. É necessário resgatar os saberes que o/a aluno/a traz de seu cotidiano, como afirma Silva (1999):

[...] o currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes; seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo. As teorias do currículo, tendo decidido quais conhecimentos devem ser selecionados, buscam justificar por que ‘esses conhecimentos’ e não ‘aqueles’ devem ser selecionados (SILVA, 1999, p. 15).

Procuramos, na nossa ação pedagógica diária, uma metodologia que não considera o conhecimento como um produto pronto, apenas repassado. Buscamos a construção de uma interação bilateral entre professor e aluno.

Desde 2009 o currículo vem sendo discutido, analisado e reformulado para atender a defasagem educacional dos alunos e também melhorar o desempenho acadêmico interno e das notas das avaliações externas.

Sabemos que é uma questão, a medida em que o currículo necessita atender tanto o conhecimento científico, quanto a cidadania, a ética, saúde, meio ambiente, questões raciais, preconceito, discriminação e tantos outros assuntos que permeiam o universo educacional.

Na Escola Municipal do Sol Nascente, os currículos são oferecidos em conformidade com a legislação vigente. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), proposta pedagógica da Secretaria do Estado da Educação são a base, além da vivência do nosso aluno e das peculiaridades da comunidade em que estamos inseridos, pois entendemos o currículo como um conjunto de saberes articulados, que deverão estar em consonância com os conhecimentos universais.

Critérios mínimos, objetivamente colocados, precisam ser explicitados para a seleção do conhecimento universal – que tem uma natureza ampla, dinâmica, não acabada – sob pena de se reduzirem apenas aos mesmos dos manuais didáticos e programas escolares já propostos, isto é, roupa nova sobre a mesma velha carcaça. Não é apenas a forma de abordagem do “conteúdo”, mas o próprio “conteúdo” escolar que deve estar em questão na construção de uma educação progressista (DELIZICOV, 1991, p 131).

Visando garantir estes critérios mínimos de aquisição de conhecimento, nos baseamos nos PCNs para determinamos quais os objetivos a serem alcançados pelos alunos das séries iniciais.

Matemática: o aluno deverá ser capaz de construir o significado do número natural a partir de seus diferentes usos no contexto social, ligando a questão matemática a sua vida real, explorando situações-problema que envolvam contagens, medidas e códigos numéricos, dentro do contexto de mundo do aluno, levando o mesmo a interpretar e produzir escritas numéricas, levantando hipóteses e resolvendo situações problemas. Através da resolução desta situação problema o aluno ira basear seus conhecimentos sobre as quatro operações e desenvolver procedimentos de cálculos. A partir da matemática o aluno deverá estabelecer ainda a relação de grandeza, utilizar diversas informações sobre tempo e temperatura bem como de medidas usadas em sua vida prática, bem como se situar no espaço reconhecendo formas e pontos referenciais. Identificar o uso de tabelas e gráficos para facilitar a leitura e interpretação de informações e construir formas pessoais de registro para comunicar informações coletadas.

Português: as práticas educativas devem ser organizadas de modo a garantir, progressivamente, que os alunos sejam capazes de compreender o sentido nas

mensagens orais e escritas; começar no primeiro ciclo a identificar elementos possivelmente relevantes segundo os propósitos e intenções do autor; ler textos dos gêneros previstos para o ciclo, combinando estratégias de decifração com estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação; utilizar a linguagem oral com eficácia, sabendo adequá-la a intenções e situações comunicativas que requeiram conversar num grupo, expressar sentimentos e opiniões, defender pontos de vista, relatar acontecimentos, expor sobre temas estudados; desenvolver a linguagem oral, sabendo entender as opiniões alheias e respeitando os diferentes modos de falar; produzir pequenos textos escritos coesos e coerentes, considerando o leitor e o objeto da mensagem, começando a identificar o gênero e o suporte que melhor atendem à intenção comunicativa; considerar a necessidade das várias versões que a produção do texto escrito requer, empenhando-se em produzi-las com ajuda do professor.

Arte: esperamos que nossos alunos ao final do ensino fundamental, sejam capazes de expressar a sensibilidade e a emoção, ter aprimorado o gosto pelo teatro, dança, música, artes visuais, sendo capaz não só de se emocionar mas de interagir com esse conhecimento, tendo vivenciado os diversos modos da utilização artística em sua vida. Construindo uma relação de autoconfiança em suas produções artísticas pessoais tendo conhecimento estético e valorizando a produção do outro.

Ciências Naturais: os alunos devem ser capazes de observar, registrar e enumerar diferenças e semelhanças entre diversos ambientes, identificando a presença comum de água, seres vivos, ar, luz, calor, solo e características específicas dos ambientes diferentes. Reconhecer as características do corpo humano, ter claro a noção do ciclo vital do ser humano. Reconhecer a transformação da matéria e seus processos na utilização em objetos que facilite a vida do ser humano, bem como as propriedades da matéria. Os alunos devem ainda valorizar atitudes e comportamentos favoráveis à saúde, em relação à alimentação e à higiene pessoal, desenvolvendo a responsabilidade no cuidado com o próprio corpo e com os espaços que habita.

Educação Física: entender as regras, participando de diferentes atividades, buscando e aplicando os conceitos de solidariedade, trabalho em equipe, sem que haja discriminação de quaisquer formas. Devem ainda estar aptos a conhecer as

limitações do próprio corpo bem como sua potencialidade, agindo de maneira racional mas com vista a superar as limitações. Organizar jogos e brincadeiras de acordo com a cultura local, viabilizando atividades corporais simples.

Geografia: os alunos deverão reconhecer, na paisagem local e no lugar em que se encontram inseridos, as diferentes manifestações da natureza e entender que o ser humano tem a condição de apropriação e transformação desta natureza, pela sua própria ação ou da coletividade, reconhecer a natureza presente na paisagem local, questionar sobre quais ações do homem e dos diferentes grupos sociais interferem de forma positiva e negativa na natureza, identificar as relações de trabalho e a apropriação indevida da natureza por certos grupos sociais, ter claro as noções de preservação e a necessidade saber utilizar de forma sustentável e consciente os recursos naturais encontrados na natureza, a observação e a descrição na leitura direta ou indireta da paisagem, conseguir reconhecer, no seu dia a dia, os referenciais espaciais de localização, orientação e distância de modo a deslocar-se com autonomia e representar os lugares onde vivem e se relacionam.

História: os alunos deverão compreender-se como sujeito que tem uma história própria de vida, comparar acontecimentos no tempo, tendo como referência o passado, o presente e a posteridade, deverá saber reconhecer algumas semelhanças e diferenças sociais, econômicas e culturais, existentes no seu grupo de convívio escolar e na sua comunidade, caracterizando o modo de vida coletivo e individual, respeitando as diferenças existentes entre vários grupos sociais, compreender as vivências cotidianas das famílias, da escola e da coletividade, no tempo e espaço de convivência. Identificar as diferenças culturais de entre as diversas sociedades. Reconhecer e valorizar alguns documentos históricos, relatando seus valores, informações e funções, e iniciar uma visão de amplitude do tempo.

É preciso que o objeto do conhecimento seja tratado por meio de um processo que considere a interação/ mediação entre educador/a educando/a como uma via de “mão dupla” em que as relações de ensino-aprendizagem ocorram dialeticamente. Buscamos inserir em nosso currículo, os eixos norteadores dos PCNs, respeitando as diversidades e diferenças de nosso alunado e ainda aproveitando ao máximo, o uso dos livros didáticos, material de apoio essencial ao processo pedagógico, inserção de assuntos atuais e polêmicos e ainda assuntos

relativos aos acontecimentos locais e que despertam nas crianças curiosidade e aprendizado.

[...] o currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes; seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo. As teorias do currículo, tendo decidido quais conhecimentos devem ser selecionados, buscam justificar por que 'esses conhecimentos' e não 'aqueles' devem ser selecionados (SILVA, 1999, p.15).

A forma como esse conteúdo curricular é ministrado se constitui num fator determinante para que consigamos inferir no tipo de educação que queremos, em definirmos qual o aluno desejamos formar, esse currículo passa ainda pela formação do profissional da educação que vem também contribuir com seus valores culturais, sociais e morais. A escola como espaço de formação deve garantir que estes conteúdos sejam aplicados de maneira ética, para que tenhamos cidadãos críticos capazes de se perceberem como agentes participativo e transformadores, visando ter uma sociedade livre de preconceitos mais justa e igualitária.

Tempo escolar

A escola funciona em três turnos , sendo que no noturno funciona somente o programa, ProJovem Urbano. No primeiro turno funcionam as turmas de terceiros, quartos e quintos anos, e no segundo turno as turmas de educação infantil, primeiros e segundos anos.

Os horários escolares estão divididos da seguinte maneira (Quadro 1)

Quadro 1 – Horários escolares

Turnos	Entrada	Recreio	Saída
1º Turno	7:00	9:00	11:20
2º Turno	13:00	15:00	17:20
3º Turno	18:00	20:00	22:00

Fonte: Escola Municipal do Sol Nascente

Em todos os turnos temos 15 minutos de tolerância nos horários de entrada, mas todos os alunos tem livre acesso a escola nos horários de aula, não podendo ser impedido de entrar nas dependências da escola por motivo de horário.

Temos um intervalo de 20 minutos de recreio o que é suficiente para que um período de descanso e lanche.

O calendário escolar será cumprido de acordo com a legislação vigente, Secretaria municipal de Educação e Secretaria Estadual de Educação. Caso haja alguma urgência e necessidade de mudança de datas, deverão ser imediatamente comunicadas via ofício a SEME para negociação e possível remarcação de novas datas.

Quanto ao cronograma anual interno disposto no caderno administrativo, deverá ser cumprido em conformidade com datas pré-determinadas pela Direção e Supervisores e poderá ser renegociado em caráter esporádico, em reuniões pedagógicas com a presença da direção da escola, uma vez que as datas estipuladas estão baseadas na necessidade do calendário escolar.

O Tempo escolar relativo a reuniões administrativas e principalmente pedagógica, é bem resumido e escasso o que faz com que a escola muitas vezes encontre dificuldade de dialogar sobre os assuntos determinantes a todos os setores. Nos falta autonomia escolar para redimensionar esse tempo, pois cumprimos o determinado pela Secretaria Municipal de Ibirité, e na maioria das vezes somos negados ao pedir alterações sobre esse tempo. Mas ha a necessidade de se repensar, enquanto escola, como podemos ampliar esse tempo, as implicações de dimensão pedagógicas a serem ganhas e o que seria implementado com relação a participação da comunidade interna na democratização escolar.

Para o planejamento anual ser elaborado é preciso conhecer o aluno/a, observar e compreender as suas necessidades e a partir desta constatação, pensar em um planejamento concreto que faça a relação das vivências para o conhecimento escolar. Para que isso aconteça iremos realizar atividades de planejamento no inicio do ano escolar, que são: Estabelecer período de sondagem para observar o “conhecimento prévio do aluno” de preferencia que seja feito nas duas semanas, após o inicio do ano letivo. Reunir professores por ano, Aproximar professores, equipe pedagógica e direção, construindo propostas interdisciplinares em diferentes níveis; Agendar momentos no calendário escolar para planejar por anos. Propor e organizar projetos pedagógicos que envolvam todos os segmentos da escola, com a participação da comunidade.

Neste momento deveremos reformular os projetos institucionais já existentes e realizarmos o planejamento de novos projetos institucionais que sejam praticados ao longo do ano letivo e atividades de ensino.

Devido o pouco tempo para reuniões, a construção coletiva do planejamento e dos projetos escolares se dá de uma forma mais fragmentada, agrupando inicialmente os professores regentes por anos, onde são discutidos juntamente com direção e supervisão como acontecerão estes projetos. Enquanto estes encontros acontecem a eventual trabalha com um filme, juntamente com a bibliotecária com ao alunos das turmas onde os professores estão reunidos.

Os professores em sua maioria são pontuais, mas a questão da assiduidade, de faltas excessivas, sejam elas justificadas ou não, tem causado grandes problemas, não só ao funcionamento da escola, mas problemas de ordem pedagógicas sérios, pois os alunos são sem dúvida os maiores prejudicados quando um professor falta e não apresenta atividades que possa dar continuidade ao planejamento, isso afeta a dinâmica pedagógica não só no ano vigente mas nos anos vindouros de vida escolar deste aluno, pois os conteúdos que deixaram de ser ministrado no tempo devido devem ser visto em outro tempo escolar, o que gera um déficit na aprendizagem do aluno.

A Biblioteca da Escola Municipal do Sol Nascente visa prestar serviços de informação às atividades de ensino à comunidade escolar contribuindo com a melhoria da qualidade da educação, e desenvolvendo nos alunos e alunas o gosto pela leitura, pela pesquisa e apoio aos trabalhos escolares.

Cada turma terá um horário estabelecido no horário semanal de cada professora para que os alunos façam um trabalho de leitura estipulado dentro do planejamento e do Projeto Leitura Viva.

O professor que desejar fazer uso de mais horas além das estabelecidas pelo horário deverá agendar com a bibliotecária. O acervo é de livre acesso à comunidade escolar, sempre orientado por uma pessoa responsável pela biblioteca da escola. Cerca de 5.000 exemplares compõe-se nosso acervo.

Os empréstimos são para alunos regularmente matriculados na escola, os quais deverão registrar o empréstimo com a pessoa responsável pela biblioteca e devolver em tempo hábil para evitar penalidades. Deverão se estender os empréstimos a comunidade, primeiramente a pais de alunos da escola. Os alunos terão sete dias para realizarem a leitura do livro de empréstimo, podendo ser estendido o prazo por mais duas semanas dependendo do volume de páginas do livro.

A escola possui uma sala informatizada com 10 computadores novos, e mais 10 computadores adquiridos a mais tempo, mas em perfeito estado, cujos alunos são estimulados a utilizar as ferramentas de informática de forma criativa e relacionadas aos diversos saberes.

Temos um professor especializado que oferece aos alunos 2 aulas semanais.

Abrimos espaço de tempo ainda para os professores que desejarem realizar alguma atividade extra em qualquer conteúdo utilizando os recursos da informática bem como a internet como ferramenta pedagógica.

Os professores deverão agendar esse tempo extra com o instrutor de informática, que deverá encaixar no tempo livre tais atividades.

Os encontros com o colegiado acontecem bimestralmente, onde são discutidas e deliberadas questões sobre o dia a dia da escola, a participação da comunidade externa também tem sido de grande ajuda para conseguirmos dialogar com a mesma. Estas reuniões, na maioria das vezes, acontecem em um clima agradável e o tempo mimo de reunião é de 2 horas. Pois as pessoas envolvidas tem a consciência de que é necessário a doação de tempo para que consigamos resolver situações problemas do cotidiano escolar e propor esforços na busca de melhoria do contexto escolar como um todo.

As reuniões de pais são também bimestralmente e levam em torno de uma hora e meia. No geral são discutidos assuntos do rendimento escolar e disciplina dos alunos.

A remuneração por um tempo escolar maior se faz também necessário, como já acontece nas redes de educação de cidades vizinhas a Ibirité. Os profissionais da educação tem que dispor de tempo para que sejam propostas ações conjuntas de mudança e melhoria educacional, infelizmente, vemos que não temos uma política pública que se preocupe com a ampliação deste tempo, o que favoreceria o processo de ensino aprendizagem.

A qualidade das ações, aliadas a projetos sérios abraçados de fato e legitimados pelos professores, aliado ao tempo escolar adequado, sem dúvida nenhuma melhoraria os resultados apresentados hoje pela escola e pelo município. Os horários destinados a reuniões pedagógicas necessitam ser aumentados, para que tenhamos condições de realizar encontros semanais, onde haja uma troca de

experiência e adaptação do planejamento, bem como a discussão de projetos a serem trabalhados.

Apresentaremos um ofício solicitando a Secretaria Municipal de Educação a sugestão em aumentar em 30 minutos diários a duração das aulas durante a semana e na sexta feira os alunos serem liberados as 9 horas e 30 minutos o que nos daria a possibilidade de reunirmos por duas horas. Estas horas deverão ser remuneradas.

Vemos que o horário de tempo integral também seria uma forma bem interessante de estarmos inserindo no aluno hábitos de estudo extra classe e um maior gosto pela cultura , porém não existe espaço suficiente no prédio escolar, nem mesmo para construção.

Visando atender o aluno de maneira séria e não assistencialista, levando em conta a função pedagógica e não visando exclusivamente atender a questões sociais, temos o desejo de implantar este projeto em nossa escola, pois o projeto de tempo integral, visto como um horário de maior aquisição de conhecimento, levando em conta os saberes e percepções da comunidade, onde nossa escola está inserida e usado o lúdico para levar o aluno a uma apropriação cultural e a maior conhecimento de mundo é um espaço maravilhoso de crescimento pessoal, mas para conseguirmos engajar nossos alunos, necessitaríamos de um segundo endereço, o que já foi solicitado a Prefeitura.

[...] a distribuição do tempo pedagógico é marcada pela organização de períodos fixos para disciplinas, controlada pela administração e pelo professor, tal organização deve ser superada. Desse modo, a Educação Integral, por estar implicada na mudança da rotina escolar, por meio da reestruturação do tempo pedagógico, evidencia o currículo em consonância com o referencial teórico que fundamenta o projeto da escola, e é enriquecida com as concepções da comunidade escolar (SANTOS , 2008, p 7).

O grande desafio da escola é sem dúvida nenhuma, fazer que o tempo escolar seja equacionado de forma a propor maior eficiência e melhor funcionalidade no contexto em que a escola está inserida, integrando, escola, saberes e comunidade.

Processos de decisão

Os processos de decisão da escola acontecem de forma democrática, à direção toma decisões que são baseadas nas orientações da SEME, na rotina e demanda da escola sempre em concordância com grupo, legitimando um processo horizontal nas ações pedagógicas e administrativas.

As decisões da escola como um todo, devem ser baseadas nos princípios da democracia, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) vem determinar princípios para a gestão democrática nas escolas, definindo no artigo 14:

Art.14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes.

Cada setor da escola seja ele supervisão pedagógica e docente, secretaria ou auxiliares de serviços administram com autonomia e dialogo juntamente a chefia imediata as decisões que compete a cada serviço, desde que sejam permitidas as decisões no âmbito da própria escola, o que na maioria das vezes não há essa autonomia para que as decisões adotadas na escola se efetivem uma vez que a secretaria municipal de educação interfere nos momentos de decisão da escola. Mas o que deve prevalecer na escola sem dúvida é o processo democrático, e ações que viabilizem a participação de todos.

A escola também é composta por colegiado que é uma forma democrática de toda comunidade participar da vida escolar.

É um órgão que representa toda comunidade escolar, atua juntamente com a Direção e funcionários nas decisões e sugestões para melhoria do processo educacional. Tem as seguintes funções:

- a) **Função consultiva:** quando é consultado sobre questões importantes ou analisa alguma sugestão e dá sua opinião.
- b) **Função deliberativa:** quando decide, vota e aprova ou reprovava determinado assunto.

O Colegiado tem as competências de:

- a) Participar da elaboração e avaliação da proposta político-pedagógica da escola,
- b) Acompanhar a ampliação dos recursos financeiros da escola,
- c) Participar do processo de avaliação da escola,
- d) Propor o desenvolvimento das ações para melhorias da escola.

O Colegiado é composto pelo Diretor e por mais 04 membros no mínimo, ou 16 membros no máximo.

Qualquer pessoa que faça parte da comunidade escolar pode se tornar membro do colegiado. Sua composição se constituirá do Diretor da escola, mais 50% dos membros (devem ser dos profissionais da escola), mais 50% dos membros (devem ser da comunidade atendida pela escola). O Vice-Diretor participa como suplente do Diretor. Todos têm o mesmo direito de participação, cada membro do colegiado deve ter o seu suplente do mesmo segmento.

O Colegiado deve ter um presidente, um vice-presidente e representantes dos segmentos:

- a) Professores e Especialistas
- b) Serviciais
- c) Pais ou Responsáveis
- d) Alunos maiores de 16 anos.

Quando o membro titular não puder comparecer às reuniões e / ou assembleias ou sair do colegiado, o suplente assume o seu lugar.

Todos como membros do colegiado devem ter consciência de estar fazendo parte de uma Gestão Democrática, representar seu segmento na Comunidade Escolar, portanto saber que é um LIDER. Um LIDER precisa saber ouvir, negociar, comunicar-se e acima de tudo respeitar e se fazer respeitar.

Os membros do Colegiado são eleitos pela Comunidade Escolar e devem representar nas reuniões o segmento que os elegeu.

O membro titular tem a função de divulgar para todos os outros componentes do seu segmento, as decisões votadas e tomadas pelo colegiado.

Assembleias e Reuniões

Assembleia é uma reunião aberta a toda comunidade escolar, convocada para um determinado fim em único horário.

O presidente deve convocar, no mínimo duas Assembleias Ordinárias no ano, com o objetivo de propor ações que podem ser desenvolvidas pelo colegiado em conformidade com o PPP da escola e avaliar ações desenvolvidas pelo colegiado e as realizadas na escola.

Caso seja necessário o presidente poderá convocar assembleias extraordinárias para deliberar sobre assuntos do interesse da escola que exijam manifestações da comunidade escolar; para divulgar ações realizadas pelo colegiado e/ou aprovar ou alterar regras escolares internas observadas as normas legais.

As reuniões do colegiado são públicas realizadas na sede da escola e se classificam em: ordinárias, pois devem ser realizadas no mínimo a cada mês do ano letivo, mediante convocação do presidente ou na sua ausência pelo vice presidente. E em extraordinárias realiza-se em casos de urgência ou necessidade e interesse da escola, é realizada a pedido da maioria simples, ou por iniciativa do presidente.

Caso o presidente verifique que o número de membros não é suficiente, ele deverá cancelar a reunião e registrar em ocorrência no livro de ata, a qual será assinada pelos presentes.

O trabalho colegiado realizado de forma séria é a melhor forma de garantir a participação de todos da comunidade na gestão escolar.

Temos ainda o Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza deliberativa em assuntos didáticos- pedagógicos, tendo por objetivo avaliar o processo ensino-aprendizagem na relação direção- Professor/a- aluno/a e os procedimentos adequados a cada caso, que possibilita:

- a. Análise e discussão global do aluno, o levantamento das suas dificuldades bem como seus resultados apresentados;
- b. A avaliação dos envolvidos no trabalho educativo e no estabelecimento de ações para a superação das dificuldades;
- c. A definição de critérios para a avaliação e sua revisão, quando necessária;
- d. O Conselho de Classe será realizado por turma, nos períodos bimestrais e será proponente das ações que visem à melhoria da aprendizagem e o definidor da aprovação ou não aprovação do/a aluno/a.

O Conselho de Classe se reúne bimestralmente conforme calendário anual municipal e será composto pelos professores da turma; pela direção do estabelecimento ou seu representante; pelos supervisores do turno, conforme estabelecido no regimento escolar interno.

Relações de trabalho

As definições de papéis que competem a cada funcionário, se estabelecem de acordo com as normas contidas no Regimento Escolar Interno, e são baseadas no respeito, solidariedade e reciprocidade, dentro da autonomia dada pela Secretaria Municipal de Educação a direção da escola, verificando a participação coletiva e a disposição em manter-se aberto a boa convivência com a comunidade escolar externa bem como na cooperação com o trabalho escolar como um todo, o que garante um funcionamento harmonioso.

Os segmentos necessários ao funcionamento da Unidade Escolar, abrangerão os seguintes serviços:

- a) Direção
- b) Vice Direção
- c) Especialistas Educacionais
- d) Corpo Docente
- e) Secretária e auxiliares
- f) Bibliotecário e auxiliares
- g) Cantineira e auxiliar de serviços gerais
- h) Porteiros e Vigias noturnos

Da direção

A Direção é o órgão gestor para o funcionamento dos serviços escolares no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais da Escola, definidos no seu Projeto Político Pedagógico.

A direção mencionada neste artigo é composta e exercida pelo Diretor(a), e este é escolhido dentre os membros efetivos da categoria na forma da lei vigente.

A autoridade do Diretor e seus assistentes ou de seus substitutos legais decorre de delegação do poder público em termos da Lei, achando-se assim investidos em função do caráter oficial e terão fé pública os atos por eles praticados no exercício de suas atribuições.

Compete ao Diretor:

- a) Convocar os/as representantes das Entidades Escolares como: Associação de Pais e Professores e toda comunidade escolar para elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico;
- b) Coordenar, acompanhar e avaliar a execução do Projeto Político Pedagógico da Escola;
- c) Encaminhar o Projeto Político Pedagógico à Secretaria Municipal de Educação, para aprovação e garantir o seu cumprimento;
- d) Acompanhar a aplicação dos recursos do PDE E PDDE e a respectiva prestação de contas;
- e) Coordenar o processo de implementação das diretrizes pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação;
- f) Estudar e propor alternativas de solução, ouvidas, quando necessárias as Entidades Escolares, para atender situações emergências de ordem pedagógica e administrativa;
- g) Participar do conselho de classe;
- h) Propor ao Serviço de Supervisão Pedagógica as estratégias de ensino que serão incorporadas ao Planejamento Anual da Escola;
- i) Aplicar normas, procedimentos e medidas administrativas emanadas pela Secretaria Municipal de Educação;
- j) Manter o fluxo de informações entre Escola e os órgãos da administração municipal de ensino;
- k) Garantir o cumprimento do Calendário Escolar de acordo com as normas da Secretaria Municipal de Educação;
- l) Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, comunicando aos órgãos da administração municipal de ensino as irregularidades no âmbito da escola e aplicar medidas saneadoras;
- m) Coordenar as solenidades e festas de formaturas;
- n) Administrar o patrimônio escolar em conformidade com a lei vigente;
- o) Promover a articulação entre Escola, Família e Comunidades;
- p) Comunicar ao Conselho Tutelar os casos de maus tratos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar dos alunos/ as;
- q) Representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento perante os órgãos e entidades de ensino do poder público;

- r) Presidir as atividades que envolvam o corpo docente discente e comunidade;
- s) Cumprir e fazer cumprir as atribuições inerentes a cada profissional da Escola;
- t) Acompanhar controlar e avaliar o processo Ensino-Aprendizagem;
- u) Promover reuniões de estudos, encontros e treinamentos visando o aperfeiçoamento profissional;
- v) Orientar e estimular o crescimento da Associação de Pais e Professores -, Grêmios Estudantil e Conselho Deliberativo Escolar;
- w) Manter correspondência com autoridades de ensino e outras entidades, em todas os assuntos que se referem a escola;
- x) Aplicar as penalidades disciplinares aos membros do corpo discente, seguindo as normas regimentais e as leis em vigor.

Dos Especialistas Educacionais

Constituem os serviços dos Especialistas Educacionais: Orientação Educacional, Supervisão Escolar, e Coordenação de Turno.

Da Supervisão Escolar, Orientação Educacional:

a) Cabe a/ao Supervisor/a Escolar e Orientador/a Educacional participarem na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola.

b) Cada Especialista em Assuntos Educacionais deverá exercer as suas funções específicas, de forma integrada.

São atribuições do Supervisor Escolar e Orientador Educacional:

a) Subsidiar a Direção no cumprimento do Calendário Escolar, organização de classes, do horário semanal e distribuição de aulas;

b) Supervisionar o cumprimento do Calendário escolar e das aulas ministradas previstas no horário semanal;

c) Subsidiar a Escola para que cumpra sua função de socialização e construção do conhecimento;

d) Acompanhar o processo ensino-aprendizagem, atuando junto as/aos alunos/as, pais e professores/as, no sentido de propiciar a aquisição de

conhecimento científico, erudito e universal, para que o/a aluno/a reelabore os conhecimentos adquiridos e elabore novos conhecimentos;

e) Promover e coordenar reuniões sistemáticas de estudo, de conselho de classe e de trabalho para o aperfeiçoamento constante de todo o pessoal envolvido nos serviços de ensino;

f) Acompanhar com o Corpo Docente o processo didático-pedagógico, garantindo a execução do currículo e a recuperação de estudos, através de novas oportunidades a serem oferecidas as/aos alunos/as, previstos na lei vigente.

g) Acompanhar a adaptação de estudos, em casos de recebimento de transferências, de acordo com a legislação vigente;

h) Coordenar o processo de análise e seleção de livros didáticos, obedecendo as diretrizes e os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

i) Garantir a articulação entre a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

j) Coordenar, organizar e atualizar a coleta dos dados estatísticos que possibilitem a constante avaliação do processo educacional.

k) Coletar, atualizar e socializar a legislação de ensino.

l) Garantir a socialização do Projeto Político Pedagógico e o cumprimento do Regimento Escolar.

m) Contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas Entidades Escolares.

n) Promover ações que objetivem a diminuição dos índices de repetência e evasão escolar.

Do corpo docente

Compete ao Corpo Docente:

a) Ministras aulas;

b) Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola;

c) Participar do processo de análise e seleção de livros e materiais didáticos em consonância com as diretrizes e critérios pela Secretaria Municipal de Educação;

- d) Elaborar o seu planejamento de acordo com o Projeto Político Pedagógico;
- e) Propiciar aquisição do conhecimento científico, erudito e universal para que os/as alunos/as reelaborem os conhecimentos adquiridos e elaborem novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social do educando, garantindo-lhe a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura;
- f) Promover uma avaliação contínua, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno, elevando-o a uma compreensão cada vez maior sobre o mundo e sobre si mesmo;
- g) Promover as avaliações de acordo com os critérios do Projeto Político Pedagógico;
- h) Participar de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vistas ao melhor rendimento do processo ensino-aprendizagem, replanejando sempre que necessário;
- i) Realizar a recuperação contínua e paralela de estudos para todos/as os/as alunos/as que, durante o processo ensino-aprendizagem, não dominarem o conteúdo curricular ministrado;
- j) Participar ativamente do Conselho de Classe;
- k) Participar de reuniões de estudo, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento e melhoria da qualidade de ensino,

Do secretário escolar

O Secretário terá como atividade a organização de todos os serviços de escrituração escolar, assegurando a regularidade e a autenticidade da vida escolar dos alunos, devendo executar e controlar as normas administrativas da escola e Manter atualizada a escrituração escolar.

Compete ao secretário escolar:

- a) Responder, perante o diretor, pelo expediente e pelos serviços da secretaria, bem como auxiliá-lo dando-lhe assistência executando ou fazendo executar suas determinações.

- b) Atender as solicitações dos órgãos competentes no que se refere

Do bibliotecário

O Bibliotecário terá como atividades o planejamento, a implantação, a organização e o funcionamento da Biblioteca Escolar, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola.

Compete ao bibliotecário:

- a) Elaborar, juntamente com o Serviço de Supervisão Pedagógico, o regulamento próprio, onde estará explicitado o funcionamento da Biblioteca Escolar, com aprovação da Direção;
- b) Catalogar e classificar livros e periódicos;
- c) Orientar os usuários sobre o funcionamento e bom uso da Biblioteca Escolar;
- d) Colocar a Biblioteca Escolar à disposição da comunidade escolar, atendendo a legislação em vigor;
- e) Programar atividades para transformar a Biblioteca Escolar num espaço cultural e pedagógico

Dos serviços gerais

Os Serviços Gerais têm a seu encargo a manutenção, preservação, segurança e merenda da escola, sendo coordenados e supervisionados pela Direção.

O corpo de pessoal para os Serviços Gerais será formado por: servente, merendeira, vigia e outros previstos em ato específico da Secretaria Municipal de Educação.

São atribuições do Servente:

- a) Efetuar a limpeza e manter em ordem as instalações escolares, providenciando a relação de materiais e produtos necessários;
- b) Efetuar tarefas correlatas a sua função.

São atribuições da Cantineira:

- a) Preparar e servir a merenda escolar, controlando-a quantitativa e qualitativamente;
- b) Informar o Diretor da escola da necessidade de reposição do estoque, em tempo hábil;
- c) Conservar o local de preparação da merenda em boas condições de trabalho, procedendo á limpeza e à arrumação;
- d) Efetuar as demais tarefas correlatas a sua função.

São atribuições do Porteiro:

- a) Efetuar rondas de inspeção de forma a garantir a constante segurança da Unidade Escolar;
- b) Controlar a entrada, nas dependências do prédio, de pessoas sem identificação ou autorização, como medida de segurança;
- c) Comunicar a chefia imediata qualquer irregularidade ocorrida durante seu plantão, para que sejam tomadas as devidas providencias;
- d) Zelar pelo prédio e suas instalações, levando ao conhecimento de seu superior qualquer fato que dependa de serviços especializados para reparo e manutenção.
- e) Efetuar as demais tarefas correlatas a sua função, definidas pela direção.

Do regime disciplinar

O regime disciplinar para os componentes da Organização Escolar será decorrente das disposições legais aplicáveis a cada caso, das normas estabelecidas no Regimento Escolar único para as escolas do município de Ibitaré, no Estatuto dos Funcionários Públicos, Estatuto do Magistério Público do Estado, na Consolidação das Leis de Trabalho.

Do corpo discente

O Corpo Discente é constituído por todos os alunos regulamente matriculados nos cursos em funcionamento na Unidade Escolar.

Dos direitos dos alunos

Constituirão direitos dos alunos:

- a) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- b) Aquisição do conhecimento prático necessário;
- c) Tomar conhecimento das disposições do Regimento Escolar e funcionamento da escolar;
- d) Receber informações sobre os diversos serviços oferecidos pela escola;
- e) Organizar e participar das agremiações estudantis;
- f) Fazer uso dos serviços e dependências escolares de acordo com as normas estabelecidas neste Projeto Político Pedagógico e ou estabelecidos pela Direção.
- g) Tomar conhecimento do seu rendimento escolar e de sua freqüência, através do boletim ou caderneta escolar;
- h) Requerer transferências ou cancelamento de através do pai ou responsável;

Dos deveres dos alunos

Constituem deveres dos alunos:

- a) Cumprir as disposições deste regimento escolar no que lhe couber;
- b) Atender as determinações dos diversos setores da escola;
- c) Comparecer pontualmente às aulas e demais atividades escolares
- d) Participar das atividades programadas e desenvolvidas pela escola;
- e) Cooperar na manutenção da higiene e na conservação das instalações escolares;
- f) Manter e promover relações cooperativas com professores, colegas e comunidade;
 - i. Indenizar o prejuízo, quando produzir danos materiais à Unidade Escolar e a objetos de propriedade de colegas ou funcionários;
 - ii. Justificar a direção e a/ao professor/a, mediante atestado médico ou declaração de pais e responsáveis, a ausência nas provas e entrega de trabalhos na data prevista;

iii. Usar uniforme escolar, quando a Unidade Escolar assim o definir, em conformidade com a legislação vigente;

Do regime disciplinar

O regime disciplinar para os componentes da Organização Escolar será decorrente das disposições legais aplicáveis a cada caso, das normas estabelecidas no Regimento Escolar único para as escolas do município de Ibitité, no Estatuto da Criança e do Adolescente. E nas leis vigentes no país.

Algumas considerações sobre o corpo discente

Pela inobservância do deveres previstos no Regimento Escolar, conforme a gravidade ou reiteração das faltas e infrações, serão aplicadas, a/aos alunos/as, as seguintes medidas disciplinares:

- a) Advertência verbal,
- b) Advertência escrita e comunicada aos pais ou responsáveis;
- c) Exigência de comparecimento do pai ou responsável;
- d) Encaminhar ao conselho tutelar.

A aplicação da medida de advertência verbal será executada pelo/a Professor/a, Coordenador/a e ou pela Direção.

A medida de advertência escrita e ou comparecimento dos pais ou responsáveis serão aplicados Professor/a, Coordenador/a e ou pela Direção, nos casos de reincidência em falta prevista no artigo anterior e de acordo com a gravidade da infração.

Esgotadas as medidas anteriores, a direção fará os devidos encaminhamentos ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente e demais órgãos competentes, conforme o caso, inclusive solicitação de transferência, obedecidas a legislação vigente.

As medidas disciplinares aplicadas ao corpo discente não serão registradas em seu Histórico Escolar, devendo constar apenas nos assentamentos escolares.

As relações de trabalho são pautadas nas questões legais, no princípio de impessoalidade, entretanto sempre levadas em conta o ser humano, a solidariedade e especialmente na reciprocidade dos funcionários com relação a escola e de acordo com a participação coletiva.

As relações de conflitos serão resolvidas inicialmente no diálogo, na tentativa de se estabelecer um relacionamento pautado na cordialidade e no respeito mútuo. Porem entendemos que conflitos são fonte de crescimento e que se encarado como desafios e com bom senso estabelecem a construção de novas possibilidades de relações de trabalho como espaço aberto a reflexão e a participação coletiva na escola, criando um diálogo dinâmico entre todos os segmentos escolares.

Avaliação

A avaliação deve possibilitar o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem (Conforme a Resolução Nº 23/2000/CEE/SC).

I. Cabe a/ao professor/a regente aferir o desempenho do/a aluno/a quanto à apropriação de competências e conhecimentos de estudos e atividades escolares.

II. Cabe a Direção aferir o desempenho docente através de avaliação de desempenho;

III. Cabe a Direção zelar e acompanhar todo o processo de ensino e aprendizagem visando um melhor desempenho do alunado.

A avaliação no âmbito escolar deverá ser realizada no processo de ensino aprendizagem, na avaliação de desempenho dos funcionários, neste aspecto deve transcorrer de acordo com as normas estipuladas pela Secretaria Municipal de Educação, e na avaliação institucional, todo o processo avaliativo se constitui um instrumento de gestão que nos aponta caminhos favoráveis a mudanças para que possamos trabalhar de uma forma mais eficiente em todos os segmentos da escola bem como no processo de aprendizagem.

Na Escola Municipal do Sol Nascente a avaliação com relação ao processo de ensino aprendizagem deve ser vista como um instrumento não só de finalidade, mas principalmente como um aliado no diagnóstico de cada aluno, possibilitando que através da mesma, seja viabilizados projetos educacionais com intuito de buscar um aprimoramento pedagógico, e visando ainda contribuir para apontar caminhos na soluções dos problemas diagnosticados.

A avaliação deve ser aplicada em todo o período do processo de ensino aprendizagem. Tem o propósito de avaliar o aluno quantitativamente, mas deve ser entendido como meio de entender como está sendo processados os conteúdos e a aprendizagem pelos alunos, levando os educadores a uma reflexão e mudança de postura a partir dos resultados apresentados, com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino/aprendizagem.

De acordo com o regimento interno as avaliações deverão ser realizadas em quatro bimestres, nos dois primeiros, serão distribuídos 40 pontos sendo 20 pontos cada bimestre e nos dois últimos serão distribuídos 60 pontos, sendo 30 pontos em cada bimestre. Totalizando assim os 100 pontos.

Para se garantir uma maior dinâmica no processo avaliativo, os professores deverão usar no mínimo 5 elementos avaliativos, lembrando que em cada bimestre recomenda-se que as avaliações formais não tenham mais de 40% de valorização. Conforme Carvalho e Porfiro (2011, p. 19): “Se a avaliação aspira ser parte da mudança, ela não deve converter-se apenas em instrumento metodológico e processo institucional ao final de uma etapa para atender exigências externas”.

A avaliação de desempenho é também um momento de reflexão da prática pedagógica bem como de qual contribuição estamos dando a instituição, para que haja um crescimento harmonioso.

No caso dos servidores nomeados a avaliação de desempenho acontece duas vezes ao ano, uma vez que o servidor encontra-se em período probatório e anualmente para o servidor efetivo para fins de progressão conforme o estatuto do magistério dos servidores do Município de Ibirité.

Para realizarmos essa avaliação é formada uma comissão composta de um representante escolhido pelos servidores a serem avaliados, a direção da escola e a equipe pedagógica. Os critérios de avaliação são definidos pela Secretaria Municipal de Educação e estão ligados a prática funcional, ao conhecimento na área de atuação em que o servidor está sendo avaliado, as relações interpessoais, pontualidade, assiduidade, a dedicação a escola e a cursos realizados visando incentivar o crescimento profissional do servidor. Devem ser realizadas na presença do servidor avaliado, levando-o a uma reflexão sobre sua vida funcional e as melhorias necessárias, é também um momento de valorização dos pontos positivos.

A avaliação institucional acontece a no dia a dia da escola e vem nos levar a uma compreensão de como estamos agindo enquanto espaço democratizado. Procuramos repassar duas vezes ao ano aos funcionários um breve questionário onde pedimos que apontem os pontos negativos e positivos com relação a escola, este documento não tem a obrigatoriedade da identificação, permitimos que os funcionários durante um final de semana, levando para casa, reflitam e apontem os pontos em que precisam de melhorias e pedimos sugestões para que estas melhorias aconteçam de maneira legal, após recolhermos esse instrumento, realizamos uma tabulação de dados e fazemos uma reflexão na tentativa de atender as solicitações. Porém a falta de tempo escolar nos impede de ter um diálogo maior com todo o grupo.

A instituição escolar também é avaliada pela Secretária do Estado de Minas Gerais e pelo MEC através das avaliações externas, que medem o IDEB e pela comunidade externa, que geralmente encaminhamos um questionário anual aos pais de alunos para que possamos também atender aos anseios de toda comunidade.

Entendemos que a avaliação deve ser estendida a todos do corpo docente e discente, e que em todo o processo avaliativo tenhamos a maturidade de entender os resultados como um ponto de partida para melhoria do ensino aprendizagem.